

O futuro da pesquisa agropecuária

Roberto Rodrigues¹
Eliseu Alves²

Dois conceitos sobre desenvolvimento econômico emergiram no pós-guerra: a educação do povo – o capital humano do País – e os investimentos em ciência são as variáveis que mais capacidade têm para explicar a riqueza das nações, e é menos relevante o papel dos recursos naturais. Assim, a construção da riqueza de um país fundamenta-se nas prioridades que são dadas pela sociedade para o investimento no povo, na ciência e na tecnologia. É óbvio que, na caminhada do desenvolvimento sustentável, a política agrícola, as políticas macroeconômicas, as de industrialização, de exportação, de distribuição de renda e de investimento em infra-estrutura não podem ser negligenciadas. Mas, numa democracia, elas mesmas dependem da compreensão do povo, do qual emana todo o poder.

As lideranças precisam antecipar-se à percepção popular para dar prioridade aos investimentos em educação, em ciência e tecnologia, e, assim, persuadir a sociedade de quão importante e benéfico é o sacrifício de pequena parte do consumo presente em favor desse tipo de gasto.

A compreensão do papel da educação e da ciência e tecnologia como investimento fundamental à modernização da sociedade chegou tarde ao Brasil. Em termos de educação, fizemos enormes progressos na década de 1990 e continuamos bem na década em curso. Quanto à ciência e à tecnologia, demos um grande salto na década de 70, mas ainda ficamos longe dos países asiáticos em desenvolvimento, e, infelizmente, retrocedemos no período 1980-2004.

Mas hoje se reconhece, tanto no executivo como no legislativo, a importância da educação, ciência e tecnologia. A aprovação de leis que protegem a propriedade intelectual e que, ainda, abrem caminhos para o governo subsidiar a iniciativa particular e os pesquisadores é um importantíssimo passo para incrementar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Com elas, a iniciativa particular, a exemplo dos países avançados e dos tigres asiáticos, passará a ter um papel ainda mais relevante no desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Certamente, vencida a difícil fase do ajuste macroeconômico, a motivação do governo em favor da ciência e tecnologia traduzir-se-á em investimentos crescentes do poder público nessas áreas³.

Pesquisa em ciências agrárias tem uma longa história no Brasil, que remonta à criação do Instituto Agrônomo de Campinas na segunda metade do século XIX. Exemplo mais tarde seguido por Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais, embora mais timidamente. No Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), seguindo o exemplo de São Paulo, foram criados vários institutos de pesquisa, mais tarde coordenados pelo Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA). Em reais de 2004, em 1972, os investimentos do Mapa no DNPEA não ultrapassaram cinquenta milhões de reais, menos de 0,1% do PIB agropecuário. Em 1973, 26 de abril de 1973, foi implantada a Embrapa. E os investimentos do Mapa cresceram de forma impressionante. Em 1982, equivaleram à cerca

¹ Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

² Assessor do diretor-presidente da Embrapa e pesquisador.

³ Com o advento da Constituição de 1988, os estados criaram as fundações de amparo à pesquisa, e algumas delas, como a de São Paulo, têm recursos de vulto.

de 1 bilhão de reais, reais de 2004, e 1,09% do PIB agropecuário. No período 1982-2004, houve avanços e recuos, mas predominantemente em torno de 1 bilhão de reais, exceto no período 2001-2004, no qual ocorreu uma queda maior no orçamento da empresa. Recuamos, com essa queda, para 0,55% do PIB agropecuário⁴. Mas, o governo Lula está firmemente empenhado em recuperar o orçamento da Embrapa e o salário dos pesquisadores para níveis compatíveis com a grandeza do agronegócio. Em maio de 2005, o salário do pessoal da Embrapa foi reajustado em 8,5%. Está em curso a revisão da política de pessoal, visando recuperar os salários, e novamente tornar a Embrapa atrativa aos brasileiros de talento. Busca-se, ainda, dar condições de a empresa adicionar ao orçamento os recursos próprios. Como está, o recurso próprio reduz o orçamento do tesouro na mesma quantidade. E, assim, não existem incentivos para aumentar o seu montante.

A Embrapa desenvolveu-se num período em que não havia proteção adequada à propriedade intelectual, principalmente, no caso da agricultura. Por isso, ela evoluiu dentro da concepção de que cabia ao governo a responsabilidade da pesquisa em ciências agrárias. É verdade que a iniciativa particular teve alguns sucessos nesse campo, mas nas áreas em que foi possível manter o segredo da descoberta, sendo, assim, factível para ela apropriar-se dos resultados dos investimentos feitos. Nessa linha, um dos casos notáveis é o milho híbrido. Mas, no ambiente até a porteira da fazenda e em pesquisa básica, o domínio dos investimentos públicos, em ciência e tecnologia, tem sido absoluto.

Na agricultura e nos países avançados, a iniciativa particular se destacou em áreas em que as descobertas são patenteáveis, e, portanto, em áreas que os resultados, em termos de lucro, podem ser apropriados. Assim é em cultivares, máquinas e equipamentos, tecnologia de alimentos, genes, etc. Contudo, a pesquisa da

iniciativa particular é pouco relevante em práticas culturais, conservação de solos, manejo de animais, etc. Ou seja, em áreas do tipo bem público.

Com o advento, no Brasil, das leis que protegem a propriedade intelectual, a iniciativa particular terá um papel muito mais ativo em pesquisa em ciências agrárias e já está avançando nisso, sobretudo em biotecnologia. A história tem acumulado três lições. Em primeiro lugar, a pesquisa da iniciativa particular somou-se ao investimento público, aumentando substancialmente os fundos de pesquisa, sem, contudo, aliviar os gastos do governo. Em segundo lugar, a iniciativa particular, por intermédio de contratos, aliou-se à pesquisa pública, reforçando o seu orçamento. Em terceiro lugar, as organizações públicas se adaptaram de modo a competir por contratos e a tirar vantagens que a nova alternativa de financiamento trouxe. Nos países desenvolvidos, elas aprenderam a elaborar, discutir e honrar contratos. Reduziram o custo da pesquisa, prepararam os dirigentes e os cientistas para o novo cenário, além de flexibilizar os salários de modo a permitir uma remuneração adicional, sem que a mesma se incorporasse ao salário.

A Embrapa tem que ser ágil para se adaptar às exigências das três lições e, ainda, estar preparada para suprir as áreas de pesquisa de pouco interesse para a iniciativa particular, como em meio ambiente, defesa, agricultura familiar, plantas medicinais e aromáticas, avaliação de política agrícola e de tecnologia, em manejo de animais e práticas culturais. Ela precisa ajustar sua estrutura organizacional, com olhos críticos em cima dos custos fixos. Precisa flexibilizar os salários e manter nos seus quadros cientistas competentes e que, ainda, inspirem confiança da iniciativa particular na empresa. Felizmente, a Embrapa tem talento, competência e experiência para realizar, com sucesso, os ajustes que os novos tempos requerem, e dispõe de uma diretoria com visão de modernidade.

⁴ Os dispêndios do Ministério da Agricultura Americano (USDA) iguaram 1,13% do PIBAGR (Gross value added of de agricultural sector), em 2002. Estimativas indicaram, respectivamente, 1,12% e 0,86% para 2003 e 2004. Portanto, já estivemos bem.